

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BELÉM DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA  
LICENCIATURA INTEGRADA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E  
LINGUAGENS

SILVIA ÉRICA DE FARIAS GOMES

MINHAS VIVÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS DISCUSSÕES  
ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS

BELÉM/PA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BELÉM DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA  
LICENCIATURA INTEGRADA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E  
LINGUAGENS

SILVIA ÉRICA DE FARIAS GOMES

MINHAS VIVÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS DISCUSSÕES  
ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Memorial apresentado ao curso de Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagens, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Licenciada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagens para os anos iniciais da educação básica.

Orientador: Prof. Dr. Elielson Ribeiro de Sales

BELÉM/PA

2016

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –  
Biblioteca do IEMCI, UFPA**

---

Gomes, Sílvia Érica de Farias.

Minhas vivências com a Educação Especial: algumas discussões acerca do processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais / Sílvia Érica de Farias Gomes, orientador Prof. Dr. Elielson Ribeiro de Sales – 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Curso de Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemáticas e Linguagens, Belém, 2016.

1. Professores – formação. 2. Professores – narrativas pessoais. 3. Educação especial. 4. Prática de ensino. I. Sales, Elielson Ribeiro de, orient. II. Título.

---

CDD - 22. ed. 371.12

SILVIA ÉRICA DE FARIAS GOMES

MINHAS VIVÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS DISCUSSÕES  
ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Elielson Ribeiro de Sales  
IEMCI/FEMCI/UFPA

---

Prof. Dr. José Messildo Viana Nunes  
IEMCI/FEMCI/UFPA

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Amanda Queiroz Moura  
UNESP/SP

Data da defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Parecer da banca examinadora:

---

BELÉM/PA  
2016

À minha família, meu refúgio e  
fortaleza em momentos difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, por toda força, coragem e condições de lutar para superar os obstáculos e alcançar os objetivos pretendidos.

Aos meus pais, Maria Eugênia e Francisco Gomes, pelo amor, apoio, pela paciência e as orações dedicadas a mim.

Aos meus filhos, Tayana e Eric Mendes pelo aconchego do colo de filhos e conforto das palavras de ânimo em momentos de desânimo. Em tudo que busco ser melhor é por eles.

Ao meu marido, Flamarion Mendes por não medir esforço e palavras ao me incentivar nesta conquista.

Aos meus irmãos, por me fazerem sentir amada quando se preocupam comigo me oferecendo apoio em momentos complicados.

As minhas amigas, Elidiane Soares e Roberta Machado pela amizade sincera.

Aos meus colegas de curso, que fizeram parte do meu caminhar em busca dessa realização.

Aos professores da graduação, pela contribuição significativa à minha formação proporcionando a ampliação dos meus conhecimentos.

Ao meu professor e orientador Prof. Dr. Elielson Ribeiro de Sales, por ter acreditado em mim e em nosso trabalho, contribuindo ao meu processo de formação profissional e pessoal.

A todos aqueles que, apesar de tudo não desistiram de ser bons professores no Brasil.

Pertencer é mais do que romper as barreiras dos rótulos e dos estigmas produzidos na representação e no imaginário social; pertencer é mais do que ter contemplados direitos á cidadania no âmbito jurídico-formal.

Pertencer é, pois, estar engajado, qual sujeito ativo da história; é exercer a condição de ator sem ser alvo da visão dualista que atribui à “diferença” a condição de anjo ou demônio, para garantir à média a condição de normais.

Pertencer é estar no palco sem ser herói ou vilão...

Paulo Ricardo Ross

## RESUMO

Este Memorial menciona pontos significativos de minha vivência com a Educação Especial e Inclusão, sendo a inclusão uma realidade social que avança por nossas escolas, para tanto descrevo algumas memórias de minha vida pessoal, estudantil e acadêmica neste contexto. Desta forma o memorial foi escolhido, visto que este implica em reflexões críticas e fundamentadas sobre uma trajetória de vida e formação do sujeito. O trabalho está dividido em quatro partes, a primeira é uma breve introdução apresentando o trabalho. A segunda aborda sobre meu primeiro contato com a educação especial. Na terceira há uma reflexão sobre minha formação em relação às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEEE) e a quarta apresenta as considerações finais sendo estas uma análise reflexiva a cerca do tema em questão.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação Especial. Formação Inicial de Professores.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 MEU PRIMEIRO CONTATO COM A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>3 AS INFLUÊNCIAS DA FORMAÇÃO INICIAL NA PERCEPÇÃO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO.....</b>	<b>22</b>
3.1 INTRODUÇÃO À LIBRAS.....	23
3.2 LINGUAGEM E CONHECIMENTO VI.....	28
3.3 COMPREENSÃO E EXPLICAÇÃO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM.....	33
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No percurso que tracei ao longo de minha formação alguns questionamentos me incomodavam e ainda incomodam, um deles é a situação da educação especial em nosso país, uma vez que o debate sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais está em evidência na atualidade. Neste memorial a inclusão é foco principal, uma realidade social que avança por nossas escolas, a qual requer reflexão. Situação nada fácil, pois se pressupõe que a escola objetiva incluir crianças, adolescentes e adultos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), visando portanto diminuir o preconceito e a sombra ainda existente da exclusão, derivados de uma construção histórica.

É fato que em nosso sistema educacional as pessoas com NEE sofriam e, geralmente ainda sofrem de forma recorrente a exclusão de uma sociedade segregadora, sendo portanto a escolha do tema deste trabalho, a retomada de lembranças da minha vivência com a educação especial durante o meu ensino fundamental, tal vivência foi a relação distante com a classe especial existente na escola em que eu estudava, a convivência com o meu irmão com deficiência e as contribuições da minha formação acadêmica acerca da educação especial e inclusão. Desta forma este memorial perpassa relatos sobre a educação especial em minha vida e formação educacional, além de trazer as perspectivas históricas e legais relevantes e determinantes, para que se faça uma relação do desenvolvimento deste contexto até os dias atuais.

O texto em forma de memorial foi escolhido, visto que este implica uma análise reflexiva, crítica e fundamentada sobre uma trajetória, sendo portanto um texto autobiográfico pois narra a história de vida e formação do sujeito. Assim como define Josso ( 2007, p 419/420),

[...] história de vida é, assim, uma mediação do conhecimento de si em sua existencialidade, que oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência sobre diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam sua formação. [...]efetua-se a partir da construção da narração da história da formação de cada um, da narração das experiências com as quais o autor-ator aprendeu, da sua maneira de operar escolhas, de se situar em suas pertencas e de definir seus interesses, valores, aspirações.

No caso do processo de formação do professor, deve incentivar sobre um aspecto

crítico-reflexivo, condições que forneça a este professor meios de desenvolver um pensamento independente, facilitando a ação de autoformação. Haja vista que o movimento de encontrar-se em formação envolve esforço especialmente pessoal, capaz de desenvolver um trabalho autônomo e dinâmico acerca dos próprios caminhos e planos, com a intenção de construir uma identidade, sendo portanto esta também uma identidade profissional (NÓVOA, 2010).

Desta forma busquei aqui retratar minhas memórias, as quais foram de forma implícita a base para minha formação, sendo portanto escrever sobre elas uma reflexão do caminho traçado até aqui, caminho este repleto de anseios, esperanças, dúvidas e interrogações algumas delas acerca da educação especial e inclusão, tais como: ***de que forma ocorre a educação do aluno com NEE, na escola de ensino regular? Até que ponto nós professores com “formação” para assumir uma turma regular nos sentimos seguros para receber um aluno com NEE?***

Este trabalho é constituído de quatro partes, primeiramente foi feita uma breve introdução, com o objetivo de apresentar a temática; no segundo abordarei utilizando memórias de minha vida pessoal e escolar como ocorreu meu primeiro contato com a educação especial, fazendo um entrelaçamento com a história de educação das pessoas com NEE. Na sequência farei uma reflexão sobre as influências de minha formação inicial na percepção acerca da inclusão de pessoas com NEE, em escolas regulares do nosso sistema de ensino, trazendo os Temas estudados na graduação como base para tal reflexão e finalizo com as considerações finais em que me propomo a fazer uma análise reflexiva do processo de inclusão na minha vivência e formação.

## 2 MEU PRIMEIRO CONTATO COM A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Nasci na cidade de Primavera no estado do Pará em 17 de Outubro de 1978, sou a primeira de 9 irmãos, filhos de um pai agricultor e analfabeto e mãe também agricultora que estudou até a terceira série do ensino fundamental, antigo ensino primário. Meu pai não era de se importar muito com os estudos dos filhos, sendo minha mãe o seu oposto, a mesma ainda com pouco estudo sabia ler e escrever, quando fui pela primeira vez à escola aos nove anos já havia sido alfabetizada por ela.

Na escola de ensino fundamental tive meu primeiro contato com a educação especial isto em 1987, este contato ocorreu a distância, eu simplesmente observava, era uma turma formada por todos os alunos com deficiência matriculados na instituição, divididos em dois turnos, em média eram 15 alunos e uma única professora. O espaço reservado a estes alunos não era bem visto pelos demais, existindo um temor a reação dos mesmos, além de ocorrer em torno da deficiência de forma bem mais acentuada do que vemos hoje uma relação com doença, percebo que isso ocorria simplesmente por não sabermos lidar com o diferente e trazermos de um longo processo o olhar preconceituoso diante da deficiência. Dessa forma, o meu comportamento não era diferente dos demais e o contato se restringia a observar os alunos da classe especial sem aproximações, por ser mais uma a temer o desconhecido e como os mesmos poderiam reagir. Nesse sentido, Veiga (2008, p. 181) ressalta que,

[...] na maioria das vezes, o ingresso da criança deficiente na escola não se dá de modo fácil e natural, mas é precedido de atitudes negativas por parte das pessoas da escola e dos pais dos outros alunos e até mesmo da própria criança, que ficam apreensivos quanto à capacidade de adaptação de todos os envolvidos no processo de inclusão, podendo demonstrar medo diante do desconhecido e do diferente, que levam aos sentimentos de recusa, rejeição e discriminação.

Nesse contexto, como a comunidade escolar pode conceber um cenário onde o aluno com deficiência estivesse apenas inserido, não lhe sendo dada a oportunidade de se adaptar? Pois era assim que os alunos da classe especial citada no parágrafo anterior estavam, sem oportunidade de adaptação, permanecendo assim ainda mais distantes de qualquer desenvolvimento, tornando o sistema educacional um fracasso no que diz respeito ao desenvolvimento e atendimento de alunos com deficiência. Porém, sabe-se que isso se dá ao

fato de paradigmas arraigados em nossa sociedade e em nosso sistema educacional, que faz das pessoas com NEE, pessoas excluídas, que foram ou são assistidas em uma educação paralela, a classe especial.

Como lembra Mantoan (2003), incluir, acarretará em mudanças ocasionadas no atual paradigma educacional, a fim de que a inclusão encaixe-se a um novo mapa da educação que se refaz. Sendo que a educação escolar, passa por um processo de reinterpretação em que as diferenças estão mais expostas e em destaque, propondo desenvolvimento e acesso efetivo ao aluno com NEE nos espaços regulares de ensino, tornando-se condições indispensáveis no processo de inclusão,

Porém, observando o histórico acerca da pessoa com NEE, percebo que a mesma desde o princípio teve um atendimento tanto educacional quanto social diferente e separado das demais pessoas sem deficiência, explicando de certa forma o comportamento de exclusão e preconceito, geralmente percebido em pleno século XXI. Tal histórico traçado em países da Europa e América do Norte é retratado por alguns estudiosos da área da educação especial, identificando neste aspecto quatro fases/eras no desenvolvimento ao atendimento às pessoas com deficiências (MAZZOTA, 2001; MENDES, 1995; SASSAKI, 1997).

Para Mazzotta (2001), historicamente, é possível identificar quatro fases distintas sobre as pessoas com deficiência na sociedade: Era da Negligência, Era da Institucionalização, Era da Educação e Era da Inclusão.

### **Era da Negligência**

A omissão, a estagnação, o ocultismo e o misticismo marcaram o tratamento à pessoa com deficiência até o século XVII na era pré-cristã, a negligência se dava pela ausência total de atendimento as pessoas com deficiência. As mesmas eram abandonadas, perseguidas e até eliminadas por conta das condições que as diferiam das consideradas “normais”, sendo essas ações legitimadas pela sociedade da época. Nesta fase o nascimento de uma criança com deficiência era tido como castigo de Deus ou tratada como ser endemoniado que precisava sofrer castigo para se purificar.

## **Era da Institucionalização**

Ocorreu do século XVIII a meados do século XIX, os deficientes eram segregados, excluídos da família e da sociedade e atendidos em instituições geralmente residenciais, com pressupostos religiosos ou filantrópicos, apresentando pouca ou nenhuma qualidade sobre as necessidades existentes. Neste contexto novas ideias surgiram em relação à pessoa deficiente, antes considerada um castigo ou possuída pelo demônio, passou a ser vista pela sociedade sendo capaz e produtiva e no discurso clínico a deficiência apresenta causa natural, produto do nosso organismo, a partir dessa nova visão surge em alguns países a Educação Especial.

Nesta era as concepções da Revolução Francesa - Liberdade, Igualdade e Fraternidade - influenciaram acerca da Educação Especial, por difundirem em seus princípios, o reconhecimento dos direitos universais de todos os seres humanos. Mas, nem todos estavam compreendidos, as pessoas com deficiência permaneciam afastados da sociedade e submetidos a padrões de tratamento dos manicômios o que favorecia ainda mais a segregação e exclusão da época (SALES, 2008).

## **Era da Educação**

Marcada pela criação de escolas e classes especiais, concentrando o atendimento em intervenções didático-pedagógicas, esta era ocorre do final do século XIX a meados do século XX, a segregação e a exclusão sofrem redução pelo desenvolvimento de escolas e classes especiais em escolas públicas, tendo como objetivo oferecer aos deficientes uma educação individualizada e separada. Na era da Educação começa a queda dos modelos de segregação, abrindo espaço a um novo caminho o da integração.

## **Era da Inclusão**

Desde a década de 1960/70 do Século XX, apresenta-se a quarta e atual fase a da inclusão, até então se observa um movimento de integração das pessoas com deficiências no âmbito social e educacional, a integração no âmbito educacional tinha como objetivo integrar as mesmas em um ambiente escolar semelhante ao apresentado à pessoa normal. O paradigma da inclusão é posto, o termo integração passa a ser abandonado, toda pessoa com deficiência

teria, portanto o direito de vivenciar um padrão de vida que seria comum ou normal em sua cultura (SALAMANCA, 1994).

Fazendo uma reflexão em torno do percurso histórico vivido pela pessoa com deficiência desde a fase da exclusão até a atual fase de inclusão, me dou conta de que um processo ainda que desconhecido em termos teóricos àqueles grupos escolar e social, dos quais eu fazia parte no período de infância, estavam impregnados dos comportamentos apresentados na segunda e terceira fases do processo histórico da pessoa com NEE. Porém incluo nessa reflexão o pensamento de que as pessoas com deficiência, de acordo com a atual legislação apoiada em outras anteriores como a Declaração dos Direitos Humanos, podem ter acesso e permanência com qualidade nos ambientes escolares, mesmo sabendo das reais barreiras ainda existentes com relação a este processo, vejo de fato um caminhar e avanço em comparação a algumas décadas anteriores. Segundo Rocha e Miranda (2009, p. 199)

As últimas décadas foram marcadas por movimentos sociais importantes, organizados por pessoas com deficiência e por militantes dos direitos humanos, que conquistaram o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à plena participação social. Essa conquista tomou forma nos instrumentos internacionais que passaram a orientar a reformulação dos marcos legais de todos os países, inclusive do Brasil. Ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: **Acesso e Qualidade**, o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo. Esses documentos ressaltam que os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama das diferentes características e necessidades dos alunos. [grifos das autoras].

Como já fora falado anteriormente a partir da Década de 1990, tornam-se notáveis os movimentos de âmbito mundial ao combate à postura de exclusão. Dentre vários movimentos destaque: a Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais de 10 de junho de 1994. A declaração foi aprovada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada na Espanha em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tendo como objetivo principal promover a educação para todos, com abordagem nas políticas da educação inclusiva, sendo voltada uma atenção maior aos com NEE, adotando o termo “Inclusão”, em substituição ao termo “integração”. O texto de Salamanca proclama que.

[...] cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades [...] (SALAMANCA, 1994, p. 8).

No Brasil a educação especial também ganha espaço, com o objetivo de reforçar a obrigação do país em prover a educação para todos, em 20 de dezembro de 1996 é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB). Essa lei traz em seu conteúdo progressos significativos, como a oferta de educação especial na faixa etária de zero a seis anos. No Art. 58 a educação especial é entendida assim:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A LDB, aponta maior destaque à Educação Especial, a lei no que tange os sistemas de ensino determina em seu Art. 59 que.

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Ainda no processo legislativo referente aos avanços que a Educação Especial apresenta no Brasil, sobre as influências dos movimentos de educação para todos, encontra-se a Resolução CNE/CBE Nº 2 de 11 de Setembro de 2001, que em seu Art 2º resolve:

Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando às condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

No contexto da inclusão educacional é fundamental que o aluno seja visto como cidadão, não se negando suas diferenças ou supervalorizando suas necessidades. Aos alunos com deficiência hoje é garantido o acesso e permanência com qualidade nos ambientes escolares, no entanto, o que encontramos no atual sistema educacional em termos de inclusão? Um processo que se arrasta em longo prazo para uma efetivação concreta, em que a realidade nos mostra que tal efetivação na maioria das vezes ainda é legal e teórica, pois, se antes tínhamos a segregação e a exclusão de forma ampla hoje acaba por ser velada por conta do discurso da inclusão. Ora, inserir uma criança com necessidades especiais em uma sala de aula regular, com um currículo que não contempla nem mesmo os demais alunos, ainda não pode ser considerada inclusão.

Retomando minhas lembranças dos alunos da classe especial do meu período de ensino fundamental, os mesmos não evoluíam e permaneciam ali sem passar de ano, lembro-me de vê-los sentados ou andando na sala de aula por muitas vezes sem nada fazer, sem atividade ou acompanhamento específico, o que me faz pensar sobre as políticas públicas da época, e cito a Constituição Federal de 1988, a mesma em seu artigo 208, estabelece “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, assegurando nesse sentido o direito de todos à educação.

Mesmo assim a integração escolar enquanto preceito constitucional acaba não ocorrendo, pois, a Educação Especial presenciada por mim, se estabelecia em uma sala de aula no fim do corredor da escola, não existindo contato com os alunos desta turma, fato recorrente não só na escola, mas, na sociedade de uma forma geral, provocando em mim o pensamento de que manter pessoas em salas segregadas de Educação Especial era negar as mesmas o acesso à socialização e a aprendizagem que acontecem em sala de aula regular por conta da diversidade presente neste espaço. Mantoan (2003, p. 22-23) define bem o processo de integração.

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar - da classe regular ao ensino especial - em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

Hoje, porém tal comportamento com relação à integração ainda é presente no processo educacional, o que é dissociado de como se apresenta a Educação Especial proposta em documentos oficiais voltados à educação. Assim como é apresentado no Art. 3º da Resolução CNE/CBE Nº 2 de 11 de setembro de 2001.

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

Continuando as dissociações da sala de aula da classe especial por mim apresentada entre os anos de 1987 à 1991, mas que permaneceu até por volta de 2004, a mesma era totalmente alheia a definição de classe especial disposta por mais um documento na área da Educação Especial as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, na qual Classe Especial é:

uma sala de aula, em escola de ensino regular, em espaço físico e modulação adequada. Nesse tipo de sala, o professor da educação especial utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/etapa da educação básica, para que o aluno tenha acesso ao currículo da base nacional comum (BRASIL, 2001. p, 53 ).

Como contemplar tal sala de aula, apenas em um texto legislativo, pois, a realidade presente era incapaz de proporcionar tal espaço e profissional. Os professores das classes especiais geralmente eram os mesmos de salas regulares, que não tinham uma formação especializada para assumir uma turma formada por alunos com NEE, não lançavam mão de

recursos específicos disponibilizados pela instituição ou governo. Hoje no lugar da classe especial, temos as salas de recursos multifuncionais, apresentada como espaço propício ao atendimento de alunos com NEE, buscando a construção do conhecimento, por meio de procedimentos que favoreçam a participação ativa desses alunos na escola, além de ofertar equipamentos e materiais específicos a fim de atender as necessidades educacionais dos estudantes (BRASIL, 2006). Porém esse espaço, na maioria das escolas não apresenta os recursos que possam classificá-la como tal.

Neste momento analiso que minha experiência na escola em relação às pessoas com deficiência por muito tempo se deu estando no mesmo ambiente físico, porém, em grupos distintos/separados, como se existissem duas escolas, pois, existia uma turma em que apenas os alunos chamados de especiais faziam parte. Na verdade lembro que mesmo sendo uma turma de classe especial, os alunos assim como as outras pessoas com deficiência eram classificados por muitos não como especiais, vários outros adjetivos lhes eram atribuídos, tais como: “defeituosos, aleijados, inválidos, mongoloides” entre outros, herança de um passado bem presente.

Na família a relação mais próxima que tinha com alguém com deficiência, era a presença esporádica de um tio, irmão do meu pai que tivera paralisia infantil e ficou com sequelas em uma das pernas, chamado por isso de aleijado. O fato de não ter uma relação mais próxima com uma pessoa com deficiência na família, mudou quando tinha 15 anos com o nascimento do meu irmão caçula. Meu irmão nasce em três de Janeiro de 1994, a minha família o via como perfeito, porém em um momento de troca de roupa para o banho, descubro que o seu braço direito não tinha movimento, minha mãe ficou desesperada se perguntando o que poderia ter acontecido, e em uma cidade do interior sem recurso algum a única coisa que fez de imediato foi levá-lo a uma enfermeira conhecida que a aconselhou fazer massagem e exercícios no bracinho dele.

A sensação que eu tinha é que minha mãe se sentia culpada, não entendia, buscava explicações para leve deficiência que seu filho apresentava, mas o sentimento mais evidente em seu rosto era o de culpa, pois minha mãe já havia tido dez filhos, com a maioria dos partos complicados, na gravidez anterior o médico a alertou de uma complicação maior se ocorresse uma nova gestação. Porém, esse sentimento de culpa percebido em minha mãe é destacado por Buscaglia (apud LEMES; BARBOSA, 2008) “As mães que geram crianças deficientes vivenciam alterações em seu estado emocional, em diferentes intensidades de tristeza,

decepção, culpa e vergonha pelo fato de seu filho ser imperfeito”.

Relembrando agora, não via e nem tinha meu irmão como uma criança com deficiência, porém lembro-me de minha mãe um tanto com receio de informar a alguém sobre o problema que o seu filho tinha no braço, conforme ele crescia apareceram dificuldades na fala e de aprendizagem, minha mãe sempre dizia que não era deficiência apenas algumas dificuldades que qualquer criança pode apresentar, não se comportava como se o seu caçula fosse incapaz, estava sempre o incentivando a fazer as coisas sozinho, isso em casa entre nós, porém o medo de deixá-lo fazer parte de um mundo que não fosse aquele em que a mesma estava sempre presente era evidente.

Os sentimentos de negação de minha mãe diante das limitações de meu irmão, são apontadas como uma das diversas reações manifestadas por mães que se deparam com um filho com deficiência, elas vivem o luto da perda do filho idealizado, sentem-se chocadas e negam a deficiência, sentem tristeza, decepção e culpa ao tentarem compreender os motivos que causaram a deficiência, por fim acabam por aceitar a deficiência do filho (LEMES; BARBOSA, 2008).

Por muitas vezes percebia a insegurança e angustia estampada no rosto de minha mãe, o que aumentou quando foi chegando o período dele ir à escola, pois ela não queria que ele fizesse parte da ainda existente classe especial no ano 2002, ela dizia meu filho não é deficiente, ele só tem um problema no braço o que não lhe impede de aprender, se desenvolver e de fazer as coisas, entre elas estudar com os alunos da classe comum.

Minha mãe sem instrução nenhuma já questionava uma situação hoje recorrente, a inserção de pessoas com necessidades mais específica em salas de aula regular de ensino, determinada como inclusão, no entanto no atual sistema educacional, ocorre um grande esforço em se fazer a inclusão de alunos com NEE em turmas regulares. Porém, percebe-se apesar de muitos avanços neste sentido, que a maioria das instituições de ensino não possibilita a efetiva concretização da mesma, pois a escola ainda permanece em um pensamento que recorta a realidade, permitindo dividir os alunos em com e sem deficiência, as modalidades de ensino em regular e especial, além de evidenciar a ausência de uma estrutura física e ou profissional adequada e de um modelo curricular flexível, que propicie mudanças em função das necessidades apresentadas (MANTOAN, 2003).

Voltando as minhas memórias, minha mãe acabou por matricular meu irmão como já falei, na ainda existente classe especial, permanecendo a mesma professora da época em que

eu observava esta turma 15 anos depois, ele permaneceu na turma por três anos, fato este que passou a incomodá-lo, surgindo assim questionamentos tal como o porquê de sua permanência em uma sala com pessoas com deficiência, ele se sentia diferente no meio dos diferentes, ele fazia parte de uma turma formada por alunos com deficiência física e retardo mental.

Outra professora assumiu a turma e percebeu que a deficiência no braço e as dificuldades de aprendizagem e na fala apresentadas por meu irmão já não eram tão acentuadas, não havendo, portanto impedimentos capazes de deixá-lo fora de uma turma regular de ensino, a mesma passou a estimulá-lo com atividades da turma regular equivalente ao 2º, 3º e 4º anos de hoje, quando percebeu seu desenvolvimento a professora conversou com uma colega do 4º ano para que ela aceitasse meu irmão em sua turma, pediu para ele ficar um tempo em sua sala e pediu também para a mesma tratá-lo normalmente como seus outros alunos, foi o que ela fez.

Meu irmão saiu da classe especial para uma turma do 4º ano regular, estimulado por uma professora que não era especializada em Educação Especial, que não dispunha de material específico, situação comum como já falei anteriormente, a única especialização, ou melhor, motivação era ter um neto com surdez e segundo a mesma, quando foi chamada para assumir uma turma de classe especial foi tomada pelo medo, medo este que não tardou muito em se dissipar, a professora não tinha experiência e nem recurso para trabalhar com aquela turma da classe especial, mas tinha vontade de enfrentar o novo, buscou seus próprios meios para se comunicar com os alunos surdos da turma, usava desenhos e confeccionava seus textos com recortes de jornal.

A professora que assumiu a turma do meu irmão, mesmo não tendo formação especializada na área da Educação Especial, percebeu que quando estimulados em suas capacidades os alunos com deficiências também são capazes de avançar, de conquistar seus espaços fazendo parte de uma sociedade que não lhes exclua e sim os reconheça como indivíduos participantes e ativos. Dessa forma meu irmão é incluído em uma turma regular do 4º ano em 2005, permanecendo assim até concluir o ensino médio em 2014.

Essa situação não tão distante, deixa evidente para mim que, a inclusão de alunos com NEE no sistema regular de ensino é uma questão bem delicada, exigindo rupturas de paradigmas nos quais as marcas da exclusão e a ideia de que alunos com NEE são incapazes, ainda persistem. Temos que ter consciência que incluir não é simplesmente colocar o aluno

especial em uma escola regular de ensino, é também favorecer ações que busquem vencer as dificuldades. Faz-me refletir sobre a questão de existir turmas regulares e especiais, pois tal separação pode proporcionar segregação, visto que, os alunos das turmas regulares podem se sentir superiores, mais inteligentes que os alunos com NEE, por simplesmente não terem contato com as diferenças, do contrario eles podem conviver, perceber e aceitar.

É importante destacar que meu irmão foi matriculado em uma turma de classe especial totalmente segregada, no ano de 2002, em um período que a legislação educacional já havia passado por grandes mudanças a respeito da Educação Especial, sendo estas conquistas de várias lutas pela participação das pessoas com deficiência na sociedade. No entanto por mais que os textos sejam bem claros nos aspectos organizacionais, sabe-se que a respeito de criar condições de acesso a alunos com NEE as escolas regulares de ensino, a inclusão é um desafio que implica mudanças sendo uma delas a reorganização do sistema educacional e curricular nas escolas. Entretanto como destaca (STAINBACK; STAINBACK, 1999), a questão não é se os alunos precisam de atendimento especial por parte de profissionais especializados e qualificados e sim que seja oferecido aos mesmos o que necessitam de forma e em ambientes integrados. Ainda segundo Stainback e Stainback (1999, p.11),

As salas de aula inclusivas partem de uma filosofia segundo a qual todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária. A diversidade é valorizada; acredita-se que tal diversidade fortaleça a turma e ofereça a todos os seus membros maiores oportunidades para a aprendizagem.

Observo neste momento que a Educação Inclusiva implica em um novo modelo de escola, com o ensino menos paralelo e segregador, tornando possível o acesso e permanência com qualidade de alunos com NEE em sala de aula de turmas regulares, diminuindo o preconceito, transformando os obstáculos em torno da aprendizagem desses alunos em desafios aos professores, porém, não parece nada justo tal desafios, visto que, em muitos momentos o professor que se dispõe fazer parte da escola “inclusiva”, não encontra apoio do sistema educacional, o que desconstitui todo o processo inclusivo do qual tanto se discursa atualmente, no qual o papel da inclusão deve constituir um esforço coletivo entre pais, escola e sociedade.

O que reforça meu pensamento sobre a escola ser inclusiva, a mesma precisa reconstruir suas metodologias e estratégias de ensino, não cabendo mais nela o tradicional

modelo cujo destaque eram os conteúdos, cabe agora uma nova escola trazendo em seu contexto a diversidade como foco, assumindo que as variadas dimensões dessa diversidade têm papel relevante na elaboração de políticas educacionais e sociais, chamando os pais a participarem e entenderem o processo de aprendizagem dos seus filhos . Destacando também a formação adequada ao profissional que irá assumir uma turma com aluno NEE, tornando o trabalho na sala inclusiva possível e com qualidade.

### 3 AS INFLUÊNCIAS DA FORMAÇÃO INICIAL NA PERCEPÇÃO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

Cursei o magistério no período de 1995 à 1997 em uma escola estadual na cidade de Belém, durante o curso voltei a ter contato com a Educação Especial, dessa vez apenas por leituras superficiais e poucos debates. Depois de concluir o ensino médio no curso do magistério, pensava em prestar vestibular para algum curso na área da educação que me possibilitasse trabalhar com crianças especiais, por conta da disciplina denominada Psicologia da Educação, ministrada por uma professora que demonstrava grande amor a Educação Especial, sendo este o tema base às suas aulas, no entanto acabei permanecendo 13 anos sem estudar, só retornando no ano de 2010.

Prestei vestibular para Universidade Federal do Pará ao curso de Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagens (LIECML) no qual fui aprovada. Após breve contato com a Educação Especial nos meus primeiros anos escolares, e no ensino médio volto a me deparar com o tema anos mais tarde na graduação, no curso acima citado, sendo este um período de desafios no que tange Educação Especial e inclusão, pois, acabo por remeter-me a lembranças e comparações do que vi e vivi nas décadas de 1980 e 1990 aos anos atuais. Tendo a oportunidade de ter melhor compreensão sobre os aspectos históricos, social, educacional e legislativo dos avanços e conquistas referentes às pessoas com necessidades especiais.

Neste novo percurso passo a ter uma visão diferente do ser professor. Aprendi muito, principalmente, que o professor não é o detentor do saber absoluto, considerando entre muitos fatores ao seu desenvolvimento os de permitir-se aprender, a não se acomodar e sempre refletir sobre sua prática, buscando novos conhecimentos para ampliar sua visão. No sentido da educação inclusiva o professor necessita ter clareza do caminho que irá percorrer para que seus objetivos sejam alcançados. Assim destaca Freire (2011, p. 57)

[...] Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.

No curso pude ter vários momentos de debate em torno do discurso da Educação

Especial e da inclusão, mas em três especificamente esse debate foi mais profundo e esclarecedor, tais momentos vieram por meio dos seguintes temas: Introdução à Libras, Linguagem e Conhecimento VI e Compreensão e Explicação dos Processos de Desenvolvimento e da Aprendizagem III, sendo os três ministrados pelo mesmo professor. Os momentos descritos a seguir estão classificados como temas, devido o curso trabalhar com eixos-temáticos e não com disciplina.

### 3.1 INTRODUÇÃO À LIBRAS

O objetivo deste tema foi, “Compreender conceitos básicos da Libras que permitam a melhoria das condições de interação com pessoas surdas”

Nunca tinha tido a experiência de comunicar por meio de sinais, sinais é claro que manifestassem sentido e representassem uma língua, foi para mim muito difícil coordenar movimento com pensamento, tentar compreender um mundo sem fala e saber que é possível. Mas, ao mesmo tempo me pergunto: a dificuldade em aprender lidar com o diferente, o novo é o causador da falta de interesse do professor em buscar aperfeiçoamento profissional para lidar com tais desafios?

Para Gonzáles (2002, p. 247) o professor deve assumir uma postura reflexiva. Segundo ele:

[...] Será necessário prestar uma maior atenção ao contexto social, político e cultural da escola, com a finalidade de fazer o professor em formação compreender que a tolerância e a flexibilidade, diante das diferenças individuais, sejam do tipo que forem, devem ser uma forma de comportamento habitual em sala de aula, fortalecendo uma formação capaz de enfrentar os desafios de uma educação pluralista.

Aqui percebo que o Tema de Introdução a Libras me proporcionou desafios em aprender poucos sinais que indicam algum significado, assim como ampliou meus conhecimentos com relação aos sujeitos alvos desta língua, colocando em debate Libras e seus marcos históricos. Por muitas vezes me vi diante de imagens que me pareciam simples sinais, porém agora me fazem pensar o quanto estes sinais são necessários à comunicação das pessoas surdas, reflito portanto, sobre a língua de sinais ser o meio pelo qual o surdo passará a desenvolver e construir sua aprendizagem e conhecimento.

Verificam-se os primeiros traços históricos da educação de surdos reportado aos povos

egípcios, tendo eles a crença de que os sujeitos surdos eram incapazes de aprender, considerados por este povo como desumanos, por não usarem a fala e por consequência não se expressarem através da linguagem oral, sendo seres capazes apenas do sentimento de pena, sendo os diretos a vida defendidos, mas os a educação não, assim a educação adequada ao seu desenvolvimento não ocorria (LIMA apud SALES, 2008).

Assim como o processo de inclusão de uma forma geral, os surdos passam por grandes lutas e avanços na busca de reconhecimento e espaço, sendo estes por muito tempo considerados impossibilitados de construir pensamentos, portanto incapaz de aprender e se comunicar, como afirma Sales (2008, p, 34)

Esse ideário negativo, constituído na antiguidade, acerca do indivíduo surdo, levou a sociedade a percebê-los de diversas formas: pessoas punidas, seres "não-humanos", "não-educáveis" e dignas de receberem sentimentos de pena e de compaixão. Concepções que persistiram por mais de dois mil anos (até o século XV), conduzindo o surdo a longos períodos de sofrimento, de privações e de pobreza extrema. O surdo não conseguia promover sua própria sobrevivência, pois, sem acesso à educação, ele era impossibilitado de adentrar no mercado de trabalho.

Passado todo esse período de negação a comunicação do surdo, no século XVI, surge na Europa com Girolamo Cardano e Pedro Ponce de Leon, considerados os pioneiros na educação do surdo, os primeiros passos rumo a este objetivo, os mesmos apoiavam-se em métodos que buscavam ensinar o surdo a falar, ler e escrever, contrariando então o pensamento da sociedade da época, que considerava a pessoa surda impossibilitada de ser educada. Embora a comunicação do surdo já ganhasse espaço, ainda não se admitia uma linguagem própria, a educação do surdo visava a oralidade do mesmo. Seguindo assim até a segunda metade do século XVIII, quando na França, o abade Charles Michel De l'Épée passa a utilizar a língua de sinais na educação dos surdos sendo portanto considerado o pioneiro neste contexto.

A partir de então ocorre uma divergência com relação aos métodos oral ou gestual, tais divergências acabam sendo decididas durante o II Congresso Internacional sobre Instrução de surdos, ocorrido em 1880, em Milão, na Itália, em que Alexander Graham Bell, assumindo o movimento pró oralismo indica que o uso da oralidade em conjunto com a língua de sinais acaba por causar prejuízos à educação dos surdos, pois impossibilita o desenvolvimento da oralidade dos mesmos, sendo portanto neste congresso anunciado a eliminação do uso dos

sinais nas escolas (SALES, 2013).

Para que essa regra fosse cumprida nas escolas e nos institutos de surdos, medidas tidas como preventivas foram adotadas e usadas de maneira a impedir a prática da língua de sinais, dentre tais medidas estavam: a de obrigar os alunos surdos a sentarem sobre as mãos, desse modo os mesmos não poderiam movimentá-las, a retirada das janelas de vidros das portas das salas de aula, impedindo a comunicação entre os alunos, e demissão dos professores surdos e seus monitores (SALES, 2013).

Esse processo oralidade versus gestualismo traz grandes prejuízos à educação dos surdos, pois estes acabam por permanecerem sem ingresso em uma educação efetiva, transformando-os por vezes em analfabetos funcionais e ainda impossibilitando-os de participação social, como por exemplo o acesso ao mercado de trabalho (SACKS apud SALES, 2013). O que é percebido e discutido aqui é o fato de que o surdo assim como qualquer outro deficiente tem sua particularidade, não respeitada por séculos, fazendo com que o sistema educacional não oportunizasse uma língua própria a pessoa surda e nem formação a educadores para tal.

Enquanto, lentamente no cenário internacional a educação de pessoas surdas ganhava espaço, no Brasil este processo não foi diferente, tendo início na década de cinquenta do século XIX, com a criação do Imperial Instituto de Surdos Mudos – IISM, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), criado pela Lei nº. 839, de 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro, o instituto ficou conhecido como a primeira escola de surdos no Brasil, tendo como primeiro professor Edward Huet, cidadão francês surdo (SALES, 2013).

Do período citado anteriormente, até a década 1980 quando começa a discussão sobre a implantação da educação bilíngue para surdos, a educação da pessoa surda foi pautada principalmente pelo oralismo, o que não promoveu grande desenvolvimento a estes indivíduos, sendo que no final os mesmos não desenvolviam uma fala compreensível, o que destaca mais ainda a questão da particularidade de cada deficiência como afirma Jung (apud SALES, 2013, p. 55)

Acreditamos que no processo de inclusão de indivíduos surdos não podemos perder de vista aspectos específicos de sua educação. Não é possível simplesmente considerá-los como um aluno com deficiência; "é preciso entender que estes são também diferentes em suas diferenças e, portanto, não

é coerente que se estabeleçam as mesmas diretrizes para todos".

Observo então que com o reconhecimento da língua de sinais, a implantação da educação bilíngue, vem com a proposta de modificação do contexto educacional do aluno surdo, transformando o processo de escolarização deste. Com tal reconhecimento das línguas de sinais centradas nas comunidades surdas começam a ser inseridas nos ambientes educacionais, contribuindo de modo direto na abordagem bilíngue da educação do deficiente auditivo, mostrando que o surdo precisa do contato com uma língua de sinais, que possibilite sua interação dispensando assim "metodologias especiais de aprendizagens" (SALES, 2008).

Percebo neste aspecto que a proposta de ampliação da educação do surdo é voltada ao aluno, me pergunto se a formação do profissional que receberá este indivíduo em sua sala de aula não está em debate? É sabido que a formação de professores, não deveria deixar de perceber as diferenças nas condições de aprendizagem de alunos com NEE, sendo esses capazes de promover uma educação de qualidade. Porém sabe-se que a realidade, em relação a esta qualidade fica bem distante do que sugere as políticas públicas para a educação desses alunos. Já a respeito dos surdos, mesmo que a legislação disponha de uma linha que abrange maior espaço de acessibilidade a eles, o que se consegue não é suficiente. Como aponta Tavares e Carvalho (2010, p. 3-4)

[...] entre os documentos que compõem o conjunto de leis denominado Políticas Públicas e sua implementação, há um grande fosso. Com as políticas públicas educacionais na área de educação de surdos, não é diferente. Há lei para acessibilidade que garante intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa durante as aulas [...]. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades, que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los. Por outro lado, professores, em sua maioria, sem conhecimento mínimo da Libras [...], não têm tempo para buscar uma formação continuada na área. Carece-se também de cursos de Libras básico e, [...], avançado, pois o estudo da língua em seus aspectos gramaticais ainda é restrito em nosso país [...].

Agora o movimento de inclusão do aluno surdo começa a girar também em torno do profissional que atenderá o mesmo. Porém, ainda que existam as leis, assim como as de inclusão de forma geral, sabe-se que a realidade enfrentada é completamente diferente do que é sugerido e proposto nestes documentos. O professor que receberá um aluno surdo em sua sala de aula não terá conhecimento suficiente para acompanhá-lo de forma correta ou

satisfatória, o primeiro sentimento provavelmente será o de desespero por não saber o que fazer, ouvi isso de alguns professores que passaram por essa experiência, ouvi do próprio professor que ministrou o tema Libras no meu curso de graduação. Ora, a que se deve tal situação? Vejo que a princípio a falta de formação qualificada disponibilizada pelo sistema educacional.

O paradigma da inclusão neste momento, salienta o papel do professor de sala de ensino regular, colocando entre suas competências a de criar situações em que os alunos com deficiência colaborem na organização deste contexto educacional de sala de aula inclusiva, de maneira que suas limitações não sejam evidenciadas (STAINBACK e STAINBACK 1999). Portanto fica claro que este professor necessita ser qualificado para além dos alunos da classe comum de ensino regular, para poder sentir-se seguro e confiante no desafio a ser enfrentado.

Vejamos, no atual panorama educacional voltado a educação de surdos e qualificação de profissionais a este fim, temos o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, este documento no que tange a educação de pessoas surdas, mostra-se bastante significativo, pois o mesmo regulamenta a Lei nº 10.436/02, que inclui Libras, como disciplina curricular nos cursos de formação de professores. Como observado no Art. 3º, do referido decreto.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. (BRASIL, 2005, p. 20).

No entanto, ainda que se constitua uma legislação voltada a esta inclusão do professor a língua de sinais, a mesma não é garantia de uma formação suficiente, pois o tempo destinado a esta formação é bem limitada, é claro que não posso deixar de reconhecer que perpassando pelo processo de educação do surdo até hoje, significa uma grande conquista, mas uma conquista ainda limitada. A inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, não significa alcançar êxito na questão, pois aprender Língua de Sinais, bem como qualquer outra língua, carece muito mais que uma carga horária de 45h/aulas em um semestre ou dois de todo o curso.

Afirmo dessa maneira, pela experiência vivida, fui exposta juntamente com a maioria dos meus colegas da graduação pela primeira vez a Língua de Sinais, não foi fácil para mim, a cada aula quando o professor chegava e falava alguma coisa em Libras, eu olhava para minha colega do lado e perguntava: o que foi que ele falou? Era tudo muito novo, quando tinha que fazer algum exercício no qual era preciso fazer de forma prática, ficava muito confusa, pois, como já havia falado coordenar pensamento com movimento para mim foi muito difícil, só por volta de 15h/aulas do tema consegui falar “oi” em Libras.

Quando o Tema Introdução à Libras chega ao final do no primeiro semestre de 2014, é que acabo por reafirmar o que penso, quando falo que uma carga horaria de 45h/aulas em um curso de graduação (licenciatura) não é suficiente para nos deixarmos preparados à enfrentar uma sala de aula que comporte um aluno surdo. A atividade final foi apresentar um texto utilizando os sinais, somente os sinais, difícil, muito difícil, a vontade de falar era imensa, os sinais saiam e a fala também ou a fala saia antes dos sinais. É claro que não deixo de reconhecer o avanço conquistado para se estabelecer Libras como componente obrigatório na formação do professor, mas, ainda é preciso buscar mais.

### 3.2 LINGUAGEM E CONHECIMENTO VI

Este tema trouxe como objetivo, “discutir aspectos teóricos e práticos sobre a comunicação em Ciências e Linguagens, em particular as línguas especiais para inclusão social. Dificuldades relacionadas com a linguagem que afetam a aprendizagem”.

As primeiras conversas referentes ao tema, vêm na busca pelo professor de resposta a cinco perguntas:

- 1.Quais as suas expectativas com relação ao tema? O que pensaram quando leram o título?
- 2.O que conhecem sobre educação para pessoas com deficiência?
- 3.Já tiveram algum contato, convivência, com alguma pessoa com deficiência, como por exemplo na escola ou na família?
- 4.Qual o momento certo de se começar a trabalhar com a educação inclusiva dentro de uma sociedade “civilizada”?
- 5.Atualmente qual sua disposição para ensinar numa classe que possua com deficiência?<sup>1</sup>

---

1 Perguntas para debate propostas pelo Professor Sales em sala de aula, no início do tema **Linguagem e Conhecimento VI**.

Estas cinco questões proporcionaram a nós alunos da turma, alguns posicionamentos referentes ao que havíamos vivido em relação à Educação Especial, porém, surpreendo-me ao me deparar com as respostas das cinco perguntas. Na terceira pergunta a resposta é que eu não havia tido nenhum contato ou convivência com alguém deficiente, é como se naquele momento estivesse apagado de minha memória a classe especial com a qual convivi por alguns anos do meu ensino fundamental e o meu irmão, neste caso justifico o fato por não considerar meu irmão deficiente, mas ao mesmo tempo agora me pergunto como pude responder dessa forma algo que foi marcante em minha vida?.

Várias justificativas se formam como resposta a este questionamento, sendo uma delas o não convívio com os alunos deficientes da minha época de escola. Entendendo assim o que afirma Mantoan (2003, p. 91) “A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós,[...]”. Então, destaca-se o papel da escola enquanto mediadora desta convivência em prol da valorização da diversidade, tornando de fato nossas crianças diferentes pois, serão capazes de enfrentar sem negação a realidade do ser desigual em aparência e necessidades, não em direitos. Negar, portanto para mim, foi a marca do esquecimento de um passado “parcialmente” excludente e sentir por meu irmão amor, carinho e proteção tendo-o sempre como igual.

Já minha posição quanto a quinta pergunta me deixou bem satisfeita pelo fato de expressar um pouco do que penso sobre lidar com uma turma que possua aluno com NEE, pois me coloco como disposta, porém minha argumentação é não somente ter disposição assim como qualificação e apoio constante da escola e família como um todo, participantes no processo de inclusão do aluno com necessidades especiais, já que apenas ter disposição de fazer acontecer a inclusão não basta. O que declara Mantoan (2003, p. 28) representa bem este ponto de vista.

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros

o peso de nossas limitações profissionais.

É claro, que quando penso na posição assumida pela grande maioria de nós, a de ficar sempre criticando o governo, a escola, a família e a sociedade sobre a Educação Especial e a inclusão, parece não se ter nada de positivo a ser declarado com entusiasmo, sim, a meu ver ter um aluno com NEE convivendo com outros alunos na mesma sala de aula, na hora do intervalo, na quadra da escola, ter pais mais participativos lutando pelos direitos de seus filhos com deficiência, deixando cair de vez a herança da exclusão, saber que as leis estão aí e são bases para novas conquistas, são elementos suficientes ao sentimento de ter alcançado a vitória dos direitos lutados.

Porém tal sentimento não pode nem deve servir ao comportamento de acomodação, não quero simplesmente que meu filho deficiente conviva com os demais alunos, quero vê-lo tendo as mesmas condições de aprendizagem, lhe permitindo desenvolvimento conforme suas capacidades, é dever do Estado assegurar educação com qualidade a todos, então enquanto escola não quero assumir a responsabilidade sozinha de receber os alunos com NEE sem recursos necessários, as leis me dão voz para buscar esses recursos. É dessa forma que me sinto diante do estar disposta a fazer acontecer a inclusão.

Continuando com o Tema, para uma nova discussão foi colocado o filme *Nell*, o filme trata da história de uma jovem que viveu por muitos anos isolada em uma floresta juntamente com sua mãe, distante da cidade e do contato com outras pessoas, por conta disso a mesma possuía uma linguagem própria construída a partir da fala da mãe que era afásica, além da fala afetada apresentava comportamento agressivo diante de quem e do que não conhecia, este comportamento começa a mudar a partir do contato de Nell com um médico que a descobre na floresta. É um filme lindo e comovente, com ele vem a proposta de discutir sobre a construção da linguagem e o que implica nesta construção.

Somos provocados pelo professor após assistirmos o filme, a tomarmos posicionamento acerca do que trata o mesmo, ele é enfático em alertar-nos que “língua e linguagem modelam o pensamento” e lança a seguinte pergunta: “*a mãe de Nell era afásica (transtorno de linguagem que dificulta o processo de comunicação entre as pessoas). Como esse fato interferiu na linguagem de Nell?*” Ora, penso então na resposta que dei: *Nell tem a forma de oralizar atingida, refletindo em sua linguagem as dificuldades da fala da mãe.* Neste momento remeto-me a Stainback e Stainback (1999, p. 110) quando fazem a seguinte afirmação.

[...] todos os alunos precisam, de alguma maneira, interagir socialmente tanto com seus colegas quanto com os adultos [...]. Caracteristicamente, usamos a linguagem oral e escrita para comunicarmo-nos uns com os outros. Entretanto, a presença de uma deficiência pode limitar a extensão em que um aluno pode comunicar-se.

Considero assim a relação de convivência uma condição provável de interferência na aquisição da linguagem, sendo a deficiência uma limitação no desenvolvimento desta, atingindo não apenas a pessoa com deficiência, assim como, quem convive exclusivamente com a mesma. Trazendo de volta o alerta do professor sobre língua e linguagem modelarem o pensamento em relação ao filme, percebo na forma de comunicação da protagonista, o quanto a linguagem limita seus pensamentos. Ficando claro nesta discussão, como a interação com o meio interfere na linguagem apresentada por determinado indivíduo e por consequência em sua comunicação. As pessoas com deficiência necessitam de maiores estímulos, com sua educação pautada em frequente interação, visando provocar-lhes o desenvolvimento por vezes reprimido (STAINBACK; STAINBACK 1999).

O debate em torno da linguagem enquanto elemento fundamental no desenvolvimento da aprendizagem, me fez perceber o importante papel que a interação entre pessoas com e sem deficiência pode representar no desenvolvimento cognitivo de todos. Remeto-me aqui ao desenvolvimento do meu irmão e pergunto (analiso): se ele tivesse permanecido convivendo na escola, somente com os alunos da turma de classe especial, composta por deficientes físicos e intelectuais, seu desenvolvimento cognitivo teria estagnado?

Ainda na proposta do filme uma o professor lança uma nova questão: *alguns autores defendem que a aquisição de língua e linguagem pode proporcionar avanços significativos no processo de aprendizagem, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento linguístico-cognitivo. Isso fica evidente no filme? Minha resposta com relação a seguinte questão foi: sim, no momento em que Nell começa a desenvolver uma nova linguagem, a mesma passa a se comunicar mais facilmente, seu comportamento agressivo muda, os pensamentos e falas passam a ser demonstrados de forma mais completa, organizada e clara.*

A linguagem de Nell sofre um novo processo de desenvolvimento a partir do contato que passa a ter com o médico, para tanto em destaque como um dos autores que defendem os avanços da aprendizagem a partir da aquisição de língua e linguagem lanço mão de (VYGOTSKY, 1998) para o autor o ser humano se desenvolve mentalmente em uma

constante relação com o outro, em um processo de diálogo social, cultural e histórico, portanto, estes elementos que constituem o desenvolvimento cognitivo humano não são permanentes, absolutos e nem dissociados entre si. Aqui cabe a resposta ao meu questionamento com relação ao desenvolvimento cognitivo do meu irmão, o contato com outras crianças sem deficiências e uma nova proposta de aprendizagem em uma turma regular, foram fatores favoráveis para ele desenvolver-se a medida de suas capacidades, haja vista o suporte do desenvolvimento da linguagem ser a interação com o outro (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

No contexto do filme continuamos discutindo acerca da linguagem e o quanto esta se constitui como elemento fundamental no desenvolvimento da aprendizagem. Contudo, para o favorecimento da linguagem faz-se necessário o incentivo à participação do aluno, o que não é diferente do aluno com NEE, entretanto, além do incentivo para a ocorrência da comunicação com os alunos com deficiência, outros meios precisam ser criados para o desenvolvimento efetivo da linguagem. Como por exemplo, a organização das atividades em grupo, sendo a cooperação e participação dos sujeitos do grupo as maiores metas a serem alcançadas. Assim como destacam documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN),

A capacidade cognitiva tem grande influência na postura do indivíduo em relação às metas que quer atingir nas mais diversas situações da vida, vinculando-se diretamente ao uso de formas de representação e de comunicação [...]. O desenvolvimento da inter-relação permite ao aluno se colocar do ponto de vista do outro e a refletir sobre seus próprios pensamentos. No trabalho escolar o desenvolvimento dessa capacidade é propiciado pela realização de trabalhos em grupo, por práticas de cooperação que incorporam formas participativas e possibilitam a tomada de posição em conjunto com os outros (BRASIL, 1997, p. 47).

Faço uma breve análise da relação construída entre as crianças com NEE e seus colegas, percebendo o quanto esta relação realmente auxilia de forma positiva para o desenvolvimento de ambos, pois incentiva o respeito e a solidariedade, atitudes fundamentais à uma vida sem preconceitos (BRASIL, 1998). Desta forma a permanente evolução da linguagem, estabelece busca constante de nós educadores, por práticas que propiciem o avanço no desenvolvimento linguístico de pessoas com NEE, em especial as crianças. Consequentemente a inclusão das mesmas nos ambientes das escolas regulares de ensino, que são ambientes capazes de oferecer a estas o desenvolvimento tão buscado pela educação

inclusiva tem se tornado objetivo com permanente foco. Pois assim como afirma Rossi (2008, p. 285)

Negar ao aluno com necessidades educativas especiais o direito de usufruir do trabalho escolar no mesmo espaço e tempo dos demais alunos corresponde a um tipo de segregação mais cruel e desumana que aquela praticada pelas velhas instituições e escolas residenciais. Tal impedimento revela-se tão discriminatório quanto as velhas classificações, rotulações e estigmas que foram construídas ao longo dos tempos em torno de uma pessoa cega por exemplo.[...] Hoje, porém, aquelas situações e relações sociais adversas, que aparentavam ser naturais, se constituem em objeto da reflexão e da crítica social e, por consequência, objeto do enfrentamento, visando sua superação.

Como coloquei anteriormente, não existia contato entre as crianças com deficiências e as da turma regular na época em que eu estudei, e se meu irmão continuasse neste contexto provavelmente teria permanecido na turma de classe especial por muito mais tempo, por este fato a afirmação feita na citação acima, corrobora com a afirmação na qual somos seres construídos por meio das interações estabelecidas em nosso processo formativo social, cultural e histórico (VYGOTSKYV, 1998) e como ser humano constituídos de direitos iguais, não podemos mais considerar que na aquisição de conhecimento e desenvolvimento cognitivo a pessoa com NEE tenha seus direitos limitados.

### 3.3 COMPREENSÃO E EXPLICAÇÃO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM III

Aqui o objetivo foi “Discutir aspectos teóricos e práticos sobre a educação inclusiva, em particular o ensino de ciências e matemática para estudantes com NEE”. Neste momento as discussões sobre o papel da escola, do professor e da família apresentam-se constantemente nos debates. Textos como: REFLETIR NO SILÊNCIO: um estudo das aprendizagens na resolução de problemas aditivos com alunos surdos e pesquisadores ouvintes (p. 96-139). A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001 serviram de suporte nas aulas previstas a este Tema e como atividade final foi realizada a escolha de livros que o tema remetesse a inclusão, para uma análise, escolhi o Estranho caso do cachorro morto.

O texto de dissertação de mestrado do professor Elielson Sales, **Refletir no silêncio**: um estudo das aprendizagens na resolução de problemas aditivos com alunos surdos e

pesquisadores ouvintes, traz no VI capítulo os episódios de sala de aula, e o que colocamos em questão são as dificuldades apresentadas pelos professores, não somente em turmas onde estão concentrados alunos com NEE, como no caso do texto, os surdos, que aqui constituem uma turma de classe especial em um instituto específico para tal, assim como nas salas de aulas regulares. A professora desta sala em que a pesquisa aconteceu enfrentava as dificuldades de fazer seus alunos manterem-se concentrado na atividade proposta, tendo nesta situação os agravantes: a dificuldade de aprendizagem de adição e subtração e a de se estabelecer a comunicação exclusivamente pelo contato visual através da língua de sinais, requerendo interação total de professor-aluno.

A argumentação no sentido de não se conseguir a participação dos alunos gira em torno a metodologia utilizada pela professora. Segundo Sales (2008, p. 104) “A aprendizagem”

[...] era individual, apenas do aluno que interagiu com a professora diante do quadro, o que se configurou como um obstáculo, pois aquele aluno, no retorno à sua cadeira, não mais interagiu com a professora, e sim com os demais colegas que continuavam dispersos a cada vez que um deles era chamado ao quadro. Neste episódio, fica claro que, até então, nosso objetivo inicial que era investigar se o quadro de escrever seria um artefato pedagógico importante para a comunicação matemática entre o professor e os alunos surdos, dado que sua principal via de comunicação é o canal visual, não estava sendo atingido. [...], percebemos claramente que o conhecimento matemático não poderia ser trabalhado via quadro de escrever numa turma de surdos da forma proposta e que a inviabilidade não estava na mídia quadro mas na forma de interação entre a professora, o aluno da vez (no quadro) e os demais colegas, pois a comunicação matemática só se evidenciava entre o par professor-aluno diante do quadro, dado que os demais alunos perdiam a capacidade de interação face-a-face com a professora.

Ora, refletimos então sobre nossas argumentações, neste caso assim como muitos outros recorrentes de sala de aula, a metodologia aplicada pelo professor pode ou não alcançar o objetivo esperado para determinada atividade proposta, o que foi colocado por nós alunos sobre o texto discutido, foi a situação de o professor acabar herdando de professores anteriores da vida de seus alunos atuais, os obstáculos de encontrarem estes vindos de um processo sem muitos avanços significativos acerca de determinado conteúdo, o qual deveria ter sido apreendido na série precedente, causando uma falta de interesse deste aluno, acarretando ao professor uma busca por novas práticas e ferramentas as conquistas de seus

objetivos em relação a aprendizagem.

Segundo os PCN – Adaptações Curriculares (BRASIL, 1998, p. 57) – O processo avaliativo dos alunos com NEE, deve focalizar: “ o estilo de aprendizagem (motivação, capacidade de atenção, interesses acadêmicos, estratégias próprias de aprendizagem, tipos preferenciais de agrupamentos que facilitam a aprendizagem e condições físicas ambientais mais favoráveis para aprender)”. O que torna relevante mesmo não se tratando aqui, especificamente de avaliação do aluno com NEE, levar em conta os fatores facilitadores da aprendizagem, como aspectos a fazerem parte do método adotado por professores, na busca das ferramentas viáveis na explanação de determinado conteúdo curricular. No caso dos alunos surdos, encontra-se como característica a favorecer a evolução do aprendizado o fator visual (SALES, 2008).

Portanto, em relação ao contexto ensino e aprendizagem, principalmente dos sujeitos que trata este caso, os alunos surdos, os professores precisam demonstrar maior preocupação com os recursos metodológicos e a forma de utilização destes, associados a Libras. Tendo em vista o contexto acima citado, o recurso pode representar um dos elementos causadores de maiores dificuldades na aprendizagem. Como descreve Sales (2008, p. 108)

Com bases em nossas discussões o professor orientador sugeriu a utilização do retroprojeter, em mais uma tentativa de diversificar materiais e métodos, pois, através de nossas reflexões, verificamos que não estávamos conseguindo atingir os sujeitos, (**somente por meio do quadro**) fato esse que gerava entraves para o processo de ensino e aprendizagem. Vale ressaltar que [...] o que nos interessava no momento era o alto poder de projeção que o recurso material proporcionava, para atingirmos, dessa forma, o principal canal de comunicação do surdo - como dito anteriormente o canal visual. [grifo nosso].

Deixando evidente, que em algum momento podemos perceber se devemos ou não continuar insistindo em um método que não nos está trazendo avanços, procurando outros meios ou adaptando o que já se tem para satisfazer o objetivo pretendido. Enfatizando que a realização de adaptações são na busca de garantir a aprendizagem e devendo ocorrer também no currículo. “Essas adaptações resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 1998, p. 16).

Com o texto da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001, a conversa

volta novamente às políticas públicas voltadas ao acesso e permanência com qualidade dos alunos com NEE as escolas regulares de ensino, nesta resolução, assim como em outras leis vigentes na área da Educação Especial, agora emergem a ideia de os espaços precisarem ser adequados as pessoas com necessidades especiais e não o contrário como era visto antes. O que ressaltado em minhas observações são, as política públicas na procura de promover ações para o estabelecimento da Educação Especial procurando garantir os direitos de todos os alunos. Como pode ser percebido no Art. 8º da resolução citada.

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; II - distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade; III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; (BRASIL, 2001).

Porém, mais uma vez quando leio o que está posto nas leis me deparo com uma realidade discrepante da proposta nestes textos. Durante o período do Tema *Compreensão e Explicação dos Processos de Desenvolvimento e da Aprendizagem III*, eu também fazia o estágio obrigatório do curso, e tive o contato com duas situações em que a escola aceitava o aluno com NEE, mas não lhes era dado o que consta no artigo e incisos da resolução acima citada. Uma das situações apenas visualizei, o garoto ficava na porta da sala chorando até conseguir sair, ele não falava, ficava bastante agitado e só se acalmava um pouco quando ficava perto de um funcionário da limpeza que conversava com o mesmo, as vezes o funcionário conseguia levá-lo de volta à sala, mas não demorava para acontecer tudo de novo. A professora não fazia nada esperava o garoto voltar ou simplesmente dizia é quase sempre assim. Então mais uma vez vêm os tais questionamentos presentes neste percurso da inclusão: cadê os professores com formação ao atendimento às situações diversas, presentes no convívio do aluno com NEE? A convivência com a diversidade a fim de gerar benefícios para todos os envolvidos? E o currículo flexível com a possibilidade de adaptações aos que

apresentam NEE?

A segunda situação é bem parecida com a anterior, porém nesta eu tive contato com o garoto o John<sup>2</sup> ele tinha dez anos não sabia ler e escrevia bem pouco, estava no 2º ano, com alunos entre seis e oito anos, era bem receptivo, mas às vezes ficava bem incomodado chegando próximo da agressividade, o que aconteceu em um dos momentos em que ele estava conosco (eu e minha colega de estagio), esta é uma das situações que quando estamos de fora acabamos criticando e exigindo uma tomada de atitude do professor, eu fiquei assustada e tentei fazer o mais rápido possível o que ele queria, que era ficar com outro livro para fazer a atividade proposta e tudo foi resolvido. Perguntei à técnica pedagógica qual era o diagnostico de John ela ficou meio sem saber explicar por fim disse ser autismo. John falava sobre astros, planetas, dizia que gostava de química, uma vez descreveu a metamorfose da borboleta, eu fiquei maravilhada, pois até então assim como a maioria das pessoas o retrato que eu tinha de alunos como o John era o daquele que ficava isolado, sem querer falar ou ter contato com os outros, portanto aquilo para mim era novo.

Na verdade, meu espanto maior foi por saber que ele precisava ser estimulado em suas capacidades e isso não estava sendo feito, mesmo assim ele demonstrava tais capacidades. Eu e minha colega do estágio propusemos uma atividade de leitura para turma e ouvimos em coro “nós não sabemos ler” inclusive do John que se mostrou bem resistente, mas insistimos e dissemos para lerem como sabiam e eles leram as historinhas pelas imagens e John foi um dos melhores, leu as imagens como se estivesse lendo o texto, até agora no momento em que estou escrevendo fico emocionada em lembrar. Este fato foi muito representativo em todos os momentos seguintes de discussão para mim, no sentido da organização da escola inclusiva prevista e ainda distante.

Aqui volto aos questionamentos da situação anterior, contudo analisando criticamente estes, alguns de nós professores embora vislumbremos o paradigma da inclusão não estamos preparados a enfrentar a prática, ainda não sabemos explorar a diversidade de sala de aula, fazendo o entrelaçamento das experiências do aluno com NEE e do que não é, e o currículo? É mais cômodo deixá-lo do jeito que está, pois para alguns ajustá-lo é arrumar mais trabalho. Precisamos fazer uso das leis em prol da inclusão, o professor por vezes é o mais cobrado sobre esta prática, acredito que seja por ser depois da família o que fica mais próximo do sujeito alvo, então busquemos os recursos que são propostos na legislação. O Art. 18º, § 1º da

---

2 Nome fictício para preservar a identidade do aluno.

resolução CNE /CEB nº 2, traz expresso que.

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: I- perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III- avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Ao fazer uma breve observação do atual panorama, entendo o quanto ainda precisa ser feito. Quando penso em John e tantos outros que não são atendidos de forma adequada, reitero minha convicção de que a inclusão não pode ficar somente expressa nos documentos das leis, é recorrente mas, se faz necessário repetir, precisamos pensar novas práticas educativas, superar os obstáculos, enfrentar os desafios na luta a favor da educação inclusiva de qualidade às pessoas com NEE. Precisamos reforçar a ideia da inclusão, como uma construção coletiva, sendo preciso não somente as propostas de políticas públicas, assim como as cobranças aos professores e as escolas, mas o trabalho conjunto em busca da escola onde o direito de dividir o mesmo espaço seja de todos, sem preconceito e segregação.

Na atividade final do Tema, fizemos a análise de livros compreendendo a área da inclusão, minha escolha como já falei anteriormente foi o “Estranho caso do cachorro morto”, o livro narra a história fictícia de Christopher um menino asperger (um tipo mais leve de autismo caracterizado pela preservação das habilidades cognitivas e maior capacidade verbal), muito bom em matemática mais com grandes dificuldades de se relacionar com o mundo que não é o seu. O livro me fez lembrar novamente de John o menino autista do 2º ano da turma do estágio e tantos outros “Johns” que a escola dita inclusiva comporta. O menino do livro estudava em uma escola específica com professores especializados, atualmente como vimos no decorrer deste trabalho este tipo de instituição já é pouco encontrada, sendo os alunos com deficiência obrigatoriamente matriculados na rede regular de ensino. Ao associar o garoto Christopher com o John percebo que a contribuição da leitura, foi a de entender que as limitações do autista não o impede de ser capaz de enfrentar desafios, de interagir conforme seu grau de dificuldades em manter contato físico com outra pessoa, deixando de lado o

pensamento de que o único comportamento do autista é o do isolamento.

A maioria das escolas ainda não está preparada para receber os alunos, cegos, surdos autistas e tantos outros. O autismo assim como qualquer outra especificidade apresenta características que precisam ser destacadas diante do seu processo reconhecimento muitas vezes pelo professor que recebe este aluno. Segundo Santos (2008, p. 18) o autismo apresenta tais características:

Distúrbios do relacionamento: Falta do desenvolvimento de uma relação interpessoal e de contato visual [...]. Distúrbios da fala e linguagem – comunicação: Caracterizado por enorme atraso, com fixação e paradas ou total mutismo [...]. Distúrbios da motilidade: São os maneirismos, complexos e ritualísticos: exame dos dedos, caminhar na ponta dos pés, jogar-se para frente e para trás, ninar-se, balançar (acompanhado de rolar ou balançar a cabeça no ar ou no chão ou bater a cabeça contra a parede), rolar ou girar objetos.

Assim penso, como o professor vai se comportar diante de um aluno com essa deficiência, mesmo tendo algum conhecimento teórico e contando com ajuda do estagiário, que é quem geralmente acompanha o aluno autista em sala de aula regular, quando necessário? Por muitas vezes já fora falado sobre o papel do professor na escola inclusiva, pontuando a dependência da inclusão não apenas da reforma na escola assim como da formação continuada do professor, podendo este ser produtor de uma educação plural, reformulando sua identidade e por consequência a dos alunos (MANTOAN, 2003). Embora reconheça o papel fundamental do professor enquanto personagem ativo no processo inclusivo, não deixo de me sentir angustiada e impotente em pensar que vivemos a luz de alcançar o objetivo de uma sociedade e escola inclusivas e embora a graduação tenha me proporcionado conhecimentos relevantes a este processo, não ter a confiança de me sentir preparada, não obstante de sentir o tão temido medo de não conseguir.

A expressão possível quanto ao pensamento da escola inclusiva no país atualmente, perpassa pela valorização dos recursos humanos, principalmente aos professores das escolas e classes regulares, na configuração de suas capacitações favorecendo suas práticas educativas. Sendo esta o objetivo almejado para inclusão de todos com qualidade e verdadeiramente (BRASIL, 1998). Este dever, do professor frente a incluir, mostrou-me que as diferenças estão aí, são muitas e concretas. Porém, busco uma nova compreensão sobre ensinar e aprender,

deixando de camuflar o medo com a ignorância.

Porém, ainda que o medo exista em mim, sei que estou mais segura de enfrentar com consciência os obstáculos da exclusão ainda vigente em nossa sociedade. Em 2010 nossa família foi agraciada com mais um ser “especial”. Nasceu Anelize, filha de minha irmã mais nova, com 1,900kg, medindo 44 cm, com três lesões no coração e com suspeita de síndrome de Goldenhar, uma síndrome que apresenta entre suas características a mal formação da estrutura óssea do rosto, para nós ela parecia tão pequena que pensávamos que ela não iria sobreviver e se sobrevivesse seria com maiores sequelas.

Hoje a pequena esta com cinco anos, tem o crescimento afetado apresentando o tamanho e peso de uma criança de três anos, a fala é um pouco comprometida e as lesões no coração comprometem seu pequeno pulmão, mas aparentemente seu desenvolvimento cognitivo não sofreu danos, buscamos sempre não subestima-la em suas capacidades, ela brinca, corre, sobe em árvores com menos intensidade, mas como qualquer outra criança. Irá à escola pela primeira em 2016, em uma turma um ano a menos da sugerida à sua idade, por orientação da coordenadora da escola, com a argumentação dela poder ficar perto do seu irmão menor e também para poder ser observado seu desenvolvimento cognitivo.

Perguntei para minha irmã se concorda com essa situação e ela disse que sim, pois pensa do mesmo modo, que Anelize precisa se adaptar ao ambiente, porém se for percebido que ela pode acompanhar as crianças da idade dela, será lotada em outra turma. Já falei sobre a importância da interação com as crianças da mesma idade de Anelize para seu desenvolvimento, tive como resposta – vou ficar atenta –. Percebo minha mãe mais forte diante de minha irmã que a principio desabou com a situação de ser mãe de uma criança deficiente, a aparência do sentimento de angustia e de culpa no rosto de minha irmã também foram aparentes, contudo mais rapidamente superados.

A consciência adquirida por mim, durante o meu curso de graduação, especificamente nestes Temas: *Introdução à Libras, Linguagem e Conhecimento VI, Compreensão e Explicação dos Processos de Desenvolvimento e da Aprendizagem III* que favoreceram maior conhecimento sobre a Educação Especial e Inclusão me levam a acreditar que muitas pessoas com NEE, assim como minha sobrinha Anelize em começo de escolarização e meu irmão Jean, agora adulto e pai de um menino saudável, estão mais amparados por leis, mas, acima de tudo por vozes, forças, coragens deles e de muitos outros para lutarem por seus direitos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva deste memorial pude perceber a oportunidade a partir de minhas experiências compreender meu processo formativo, estabelecendo dessa forma relações entre fatos por mim vivenciados em minha vida na escola, no curso do magistério e minha formação acadêmica, com teorias acerca de minhas inquietações. Assim como destaca Weber (apud BUENO, 2002, p. 15) “[...] o homem é um animal preso em teias de significações que ele mesmo teceu, considero a cultura como sendo essas teias, e sua análise há de ser, portanto, não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significações [...]”.

Assim sendo, busquei significações ao processo que me constitui como pessoa e profissional, na percepção de um olhar mais abrangente dos anseios vividos por uma sociedade repleta de inseguranças, no contexto de um paradigma posto, o da inclusão, porém por vezes não contemplado por todos, pois, os desafios enfrentados no percurso traçado em busca da inclusão, previstos e determinados por tantos argumentos legislativos, sociais e educacionais, acabam deixando a inclusão aquém do desejado por muitos em pleno século XXI.

Retomo neste momento, minhas reflexões e interrogações feitas no processo percorrido na construção deste trabalho.

Algumas interrogações acerca da Educação Especial e Inclusão, que fiz como: ***de que forma ocorre a educação do aluno com NEE, na escola de ensino regular? Até que ponto nós professores com “formação” para assumir uma turma regular nos sentimos seguros para receber um aluno com NEE?*** Permearam minhas reflexões conforme fui me apropriando das informações necessárias ao reconhecimento da situação atual do sistema educacional no que concernem os alunos com necessidades especiais.

Tais alunos enfrentaram um longo percurso de exclusão e segregação até chegar neste momento, em que a educação destinada a eles na escola de ensino regular ainda não é a esperada como vislumbramos nas leis de políticas públicas organizadas para tal, porém, os alunos já estão inseridos, convivendo com os demais alunos da escola antes separados, o que ainda não implica dizer que esta é a forma esperada para educação dos alunos com NEE, contudo, posso perceber o exercício das transformações em busca da inclusão com qualidade, sendo este o caminho às respostas dos desafios percebidos na proposta de renovação, das

práticas educativas de educação para todos.

Nós professores por vez, parecemos ainda não nos sentirmos preparados para receber o aluno com NEE em nossa turma regular de ensino, haja vista, nossa formação não ser insuficiente frente as exigências com as quais podemos nos depararmos neste novo contexto. “Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças” (MANTOAN, 2003, p.43). É o previsto, porém, a formação pela qual passamos a meu ver, teve avanço e conquista, mas não o suficiente, pois tudo é muito básico e teórico, como podemos ver na situação da disciplina Libras obrigatória no currículo das licenciaturas, sendo que essa obrigatoriedade não garante ao professor em formação preparo para se deparar com um aluno surdo em sua sala de aula, em virtude de várias situações como a reduzida carga horária, servindo de exemplo as 45h/aulas de introdução à libras que tive na graduação.

E o sistema educacional? Antes tinha suas escolas vistas como espaço que excluía, agora tende a uma flexibilidade metodológica na qual o esperado é a inclusão. “[...] No campo da educação a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a [...] oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola” (MITTLER, 2003, p, 25). Essa situação de reestruturar as escolas consiste em modificar um cenário definido por muito tempo de maneira a distanciar o diferente, hoje, portanto, com maior engajamento de todos, as inseguranças e a resistência de encarar o novo tendem a diminuir. Assim entendo o proporcionar inclusão pelo atual sistema educacional, não tem sua totalidade, porém mesmo lentamente vem procurado assegurar condições de acesso, buscando ampliar o espaço de inclusão das pessoas com necessidades especiais.

A retomada de minhas reflexões corrobora o que penso, entendo e sinto sobre se ter alguém com deficiência na família ou assumir uma profissão que me dará a possibilidade de conviver com alguém nessa condição. Hoje tenho meu irmão já adulto, superado a fase de segregação escolar, mas não a do olhar preconceituoso de pessoas que parecem viver no século passado, limitando a capacidade de alguém simplesmente por ter um braço menor que o outro e a mão com pouco movimento. Penso, entendo e sinto, que não é fácil, mas é possível assegurar direitos e qualidades iguais a todos respeitando suas singularidades. Não tendo com isso a uma visão utópica da inclusão, achando que tudo no passado e até mesmo no presente estava e está errado, que as coisas não são feitas por falta de vontade, sei das

limitações entre o querer e o poder fazer, entretanto o querer e o poder requerem apoio atualmente viável nas leis, no novo olhar da família e da escola no que envolve a implantação da inclusão.

Valorizar as diferenças dos alunos, aceitar a diversidade, incorporando nas salas de aulas regulares as vivências dos alunos sem e os com NEE, não ocorrendo distinção preconceituosa são aportes na reconstrução do novo cenário social e educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais. Lembro-me de um de meus irmãos contando que, queria brigar com outro menino por ter xingado meu irmão caçula de doido, por ele estudar em uma turma de classe especial. É triste admitir mais este tipo de comportamento ainda existe em nossa sociedade, proveniente de longa data de segregação e exclusão, de uma construção histórica que precisa ser de vez eliminada de nossos comportamentos. “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (MANTOAN, 2003, p. 19/20).

Após tantos confrontos da realidade palpável e das teóricas políticas públicas acerca da inclusão, concluo que, as questões do processo inclusivo vêm sendo excessivamente discutidas, contudo, embora tantos avanços pouco é percebido no sentido de sua aplicação. O como incluir? Tem se mostrado uma das maiores preocupações de pais, professores, gestores e governo, haja vista o tamanho da repercussão do papel da pessoa com deficiência na sociedade atual. Encontramos os mesmos em vários lugares, nas escolas, nas ruas, nos ônibus e nas universidades, com pouca ou nenhuma acessibilidade, em algum momento até nos inquietamos ou por vezes achamos que o fato de eles estarem ali é muito e suficiente, como se fosse um favor e não um direito, pois como vivemos em uma sociedade democrática a mesma beneficia e inclui, deixando para trás o passado excludente das pessoas com deficiência do convívio em sociedade.

Todavia é evidente que a inclusão só será efetiva quando e se ocorrerem transformações no alicerce da sociedade, da política e do sistema educacional, onde sejam percebidas nas pessoas com NEE suas potencialidades para realizar, gerar e provocar mudanças em suas vidas, sendo, portanto consideradas capazes, fazendo-me ter certeza de que deveríamos ser preparados para lidar com pessoas, independente de suas diferenças.

Por meio das leituras descobri muitas coisas, descobri mais ainda com as pessoas por muitos considerados incapazes. Por vezes também as considereei. Hoje tenho a clareza que os

maiores desafios a enfrentar o novo, somos nós, por nossos preconceitos ou por nossos medos. Temos a estranha mania de diminuir as pessoas apontando suas incapacidades e por outro lado valorizando além do necessário as dificuldades quando o justo seria o contrário (MITTLER, 2003),

Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho. O melhor ponto de partida para estas reflexões é a inconclusão do ser humano de que se tornou consciente.[...] num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas mas também delas podemos ter um conhecimento. [...] não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando- a, fala de nossa educabilidade [...] (FREIRE, 2011, p. 67).

Então é isto, o paradigma da inclusão está posto e os obstáculos também, porém podem ser superados, é para isto que eles existem para serem superados. “Num permanente movimento de busca”.

## REFERÊNCIAS

BUENO, B. O. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores:** a questão da subjetividade. Educação e Pesquisa, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11653.pdf>>. Acesso em 30 de Novembro de 2015.

BRASIL. **Declaração de Salamanca:** sobre Princípios Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <[http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com\\_docstation/19/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf)>. Acesso em 01 de Junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004.../2005/decreto/d5626](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../2005/decreto/d5626)>. Acesso em 10 de Novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. CEB/CNE. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 25 de mai. de 2015.

\_\_\_\_\_. Língua Brasileira De Sinais “Uma Conquista Histórica” BRASÍLIA. SENADO FEDERAL 2006. Disponível em: <<http://www.culturasorda.eu/resources/ReconocimientoLIBRAS.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais:** Adaptações Curriculares. Brasília, DF: MEC/SEF/SEESP, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 24 de Novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília:MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 23 Abril de 2012.

GONZÁLEZ, J.A.T. **Educação e diversidade:** bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JOSSO, M. C. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida.** Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/.../2088>>. Acesso em 07 de Dezembro de 2015.

LEMES, L. C.; BARBOSA, M, A, M.; **Reações manifestadas pelas mães frente ao nascimento do filho com deficiência.** Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped. v.8, n.1, p.31-36. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http:// www. Sobep. Org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol8-n1/v.8\\_n.1-art4.pesq-reacoes-manifestadas pelas-maes.pdf](http://www.Sobep.Org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol8-n1/v.8_n.1-art4.pesq-reacoes-manifestadas-pelas-maes.pdf)>. Acesso em 22 de Maio de 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, M. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2001.

MITTLER. P. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre. Artimed, 2003.

NÓVOA, António. **Formação de Professores e profissão Docente.** 2010. Disponível em:<<http://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>. Acesso 30 de Novembro de 2015.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G.; **Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. 2009.** Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em 25 de Maio de 2015.

STAINBACK, Susan e Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: editora Artmed, 1999.

SALES, E. R. **Refletir no silêncio: um estudo das aprendizagens na resolução de problemas aditivos com alunos surdos e pesquisadores ouvintes.** 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

\_\_\_\_\_. **A visualização no ensino de matemática: uma experiência com alunos surdos.** 2013. 235 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: Desafio na Alfabetização e no convívio escolar.** 2008. Trabalho apresentado ao CRDA – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, como exigência parcial para obtenção do grau de Especialização Lato Sensu em Distúrbios de Aprendizagem. SÃO PAULO, 2008. Disponível em:<<http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf>>. Acesso em 17 de dezembro de 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VEIGA, M. M. **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil.** 2008. Disponível em: < <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/924/698>>. Acesso em 25 de Maio de 2015.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.